

Iniciativa Imagine Brasil

Síntese do Diálogo com Economistas

A iniciativa **Imagine Brasil** tem como objetivo mobilizar lideranças de diferentes segmentos da sociedade, visando contribuir para o Brasil encontrar caminhos para o seu desenvolvimento. Esta etapa do projeto prevê a realização de reflexões e diálogos com representantes destes setores.

Após o evento de lançamento do projeto, ocorrido em agosto, já foram realizados seis Diálogos – envolvendo discussões sobre Educação, Defesa e Segurança Pública, Meio Ambiente, Lideranças Sociais, Lideranças Empresariais e Esportistas.

Este é, portanto, o sétimo encontro da série Aspiração para o Brasil, que foi realizado em 3 de dezembro e contou com a participação de um grupo de nove especialistas, composto por: Affonso Celso Pastore, Bruno Varella Miranda, Cássio Maldonado Turra, Fernando Veloso, José Luiz Rossi Junior, Juliano Assunção, Luis Felipe Vital Nunes Pereira, Naércio Menezes Filho e Samuel de Abreu Pessôa (minibios em anexo).

Os participantes foram convidados a refletir sobre o Brasil e a compartilhar suas visões sobre o contexto histórico de suas áreas e seus anseios e sonhos para o país até 2030. O objetivo dos Diálogos é ampliar a escuta dos brasileiros e buscar possíveis convergências para fazermos a ponte entre aspiração e performance, que é onde o sonho se transforma em realidade.

Em destaque

- O país tem problemas estruturais que resultam em estagnação da produtividade, baixo crescimento e elevada desigualdade.
- Para retomar a rota de desenvolvimento, precisamos implantar políticas públicas e diretrizes econômicas que pressupõem o equilíbrio macroeconômico. Para isso, é fundamental fortalecer as instituições que contribuam para promover o aumento da produtividade e a inclusão social e econômica.
- Uma das formas de fazer isso é analisar os caminhos traçados por outros países. Como referência, analisou-se o contexto de duas nações prósperas, mas que buscaram rotas distintas: os EUA e a Dinamarca.
- Acredita-se que o Brasil possa criar um caminho intermediário ao desses países, mas sem abrir mão de valores como o fortalecimento das instituições e o respeito à democracia.

- Paralelamente, avaliamos que o Brasil possa ter pelo menos mais uma referência internacional, que é o caso da economia do Chile, que tem conseguido atingir um padrão de renda bem mais elevado do que o brasileiro, apesar da baixa mobilidade social da nação vizinha.
- Se o Brasil não consegue almejar um crescimento acelerado nos próximos anos, seria razoável pelo menos crescer, de forma sustentada, ao patamar de 2% a 3% ao ano.
- Mas nossas aspirações de crescimento precisam vir acompanhadas de um sistema de proteção social, que preveja iniciativas como creches e suporte às famílias carentes, especialmente para as mulheres, que precisam ser valorizadas enquanto um capital humano para a economia.
- E é fundamental defender a valorização do capital humano como forma de promoção da inclusão e de garantia da dignidade das famílias de baixa renda.
- Acreditamos que investimentos em educação e saúde são fundamentais, com a garantia de que o Estado gaste, de forma eficiente, os recursos.
- Temos de fazer uma ampla reflexão sobre os efeitos da pandemia na economia e os impactos dela na desigualdade futura.
- Alguns segmentos merecem ser destacados pela boa performance que têm apresentado, como a agricultura, com sua grande capacidade exportadora, mas sempre levando-se em conta os cuidados com a biodiversidade.
- Outro importante setor em expansão é o da transformação digital, marcado pelo crescimento e inovação das startups e das fintechs.
- Precisamos readquirir o grau de investimento para obter novos recursos do exterior e melhorar as condições de financiamento da economia.
- Não podemos deixar de promover o debate sobre a competitividade como forma de impulsionar o crescimento, muitas vezes travado pelo protecionismo a vários setores.
- Nossas aspirações para o país precisam ser frutos de uma sinergia entre as reformas necessárias e o equilíbrio macroeconômico.

Contexto e aspirações

- O Brasil tem, atualmente, diversos problemas estruturais graves, em termos de produtividade estagnada, baixo crescimento, distribuição de renda e desigualdade. Ele vem perdendo sua capacidade de crescimento e sua eficiência econômica, num contexto de estagnação que se alastrou há muito tempo.
- Em décadas passadas, ele teve momentos de forte crescimento, quando sua indústria foi a grande promotora do desenvolvimento econômico, como anteriormente a agricultura tinha sido. Nas últimas décadas o setor agropecuário tem crescido novamente, amenizando a desaceleração histórica da expansão do setor industrial.
- E vivemos as consequências da estagnação da produtividade total dos fatores, que tem sido responsável pelo baixo crescimento da economia desde a década de 1980.
- Vale lembrar que, em um determinado momento do nosso desenvolvimento, nós criamos um protecionismo que nos permitiu transitar, como assinalado acima, da agricultura para a indústria – saindo da baixa produtividade do campo para a alta produtividade dos centros urbanos. Nós crescemos muito naquele período, mas esgotada essa transformação estrutural, o Brasil estagnou e não mais cresceu.
- O que precisamos fazer, no contexto atual, para imaginar o país que gostaríamos de construir? Para responder a essa pergunta, temos de tentar conceber a rota de desenvolvimento que queremos almejar. Para isso, devemos discutir alguns aspectos que permitam a retomada do crescimento, como políticas públicas, política econômica e o equilíbrio macroeconômico.
- Uma forma de conceber essa trajetória a ser almejada é analisar os caminhos adotados por outros países. Vejamos o caso de duas nações prósperas, mas que fizeram opções distintas para garantir o desenvolvimento.
- Por um lado, pode-se tomar o exemplo de um país como os EUA, marcado pelo Estado mínimo e pela meritocracia, segundo a qual o indivíduo só cresce na vida se for eficiente. O governo tem baixa presença na educação e na saúde – segmentos bem servidos pela iniciativa privada para quem pode pagar. Tudo isso em um país com uma distribuição de renda extremamente concentrada.
- Por outro lado, é possível analisar o perfil da Dinamarca, uma nação com forte presença do Estado na educação, que é quase toda pública e de excelente qualidade. O país tem também elevada eficiência econômica, é

fortemente integrado no comércio internacional e apresenta alto grau de bem-estar social.

- Acredita-se que o Brasil possa criar uma rota intermediária à dessas duas nações, buscando seu próprio caminho, mas sem abrir mão de dois valores: o fortalecimento constante de suas instituições e o respeito à democracia – ambos sustentados por um sistema de mercado com regras e condições favoráveis à busca permanente da eficiência econômica.
- Diante dessa análise dos modelos de desenvolvimento dos EUA e da Dinamarca, precisamos nos perguntar: com qual país gostaríamos de sonhar para nosso futuro?
- Antes de buscar a resposta, é preciso ponderar: com base nos problemas estruturais que enfrentamos, sabemos que esse sonho tem de ser comedido, uma vez que a oportunidade de crescimento acelerado já passou – ainda lembrando que o Brasil representou a segunda economia que mais cresceu no mundo entre as décadas de 1950 e 1980.
- Além de refletir sobre o contexto das economias dos EUA e da Dinamarca, como apresentado em nossos debates, precisamos incluir também, como referências para nossas ambições, os exemplos que vêm de países como a Costa Rica e, principalmente, o Chile, que tem sido citado em muitas análises comparativas com o Brasil, apesar da diferença de escala entre as duas economias.
- Uma das razões é o fato de o país vizinho ter escapado da chamada armadilha da renda média, que tanto assombra o Brasil. Essa ambição brasileira de atingir um patamar mais elevado de renda, assim como de executar uma política fiscal mais eficaz e atingir níveis de investimentos públicos mais elevados, como ocorre no Chile, vem, contudo, com ressalvas.
- O Chile apresenta níveis muito baixos de mobilidade social e está sendo obrigado a rever sua política de baixa participação do Estado na economia.
- Por outro lado, essa dificuldade de acelerar a retomada do crescimento no Brasil decorre do fato de o país acumular, em 40 anos, nada menos que duas décadas perdidas – a dos anos 1980 e a passada, dos anos 2010. Por isso, se não é possível almejar um crescimento acelerado nos próximos anos, já seria razoável crescer de forma sustentada ao patamar de 2% a 3% – o que já nos permitiria escapar da armadilha.

- Um outro segmento em destaque na economia é o da transformação digital, que vive um contexto de forte ebulação no Brasil, representado pela expansão das startups e fintechs, que ganham destaque em relação a outros países.
- Precisamos ter como aspiração a forte expansão desse ambiente de inovação das startups, que estão prestes a explodir no país e representam grande perspectiva de geração de riqueza.
- Por isso, os investimentos relacionados à economia digital precisam ser vistos também como oportunidades de execução de políticas públicas mais amplas em setores vitais para a sociedade, como a educação, a saúde e os transportes, por exemplo. Assim como as possibilidades de ampliação do acesso ao crédito pela população, por meio das fintechs.
- Nesse contexto, temos de enfrentar os desafios de conectividade, que devem ser vistos como alavancas de inclusão social e da melhoria da qualidade de vida da população.
- Precisamos colocar na agenda nacional alguns desafios, como a inovação e a elevação da produtividade, que vem atrelada, como dito, à valorização do capital humano, quando se fala em termos de crescimento da força de trabalho.
- Para podermos almejar esse sonho, é preciso conceber o Estado como emissor de seguros para a sociedade, especialmente em momentos críticos como o atual, em função da pandemia. Nesse contexto, caberia ao poder público garantir amplo acesso a vacinas e assistência de saúde adequada, evitando-se um quadro mais agudo de mortandade.
- O Estado precisaria, ainda, desenvolver um regime fiscal estável para enfrentar também outros momentos graves, como o de uma recessão, que pode atingir o Brasil nos próximos meses. Nesse caso, poderíamos praticar políticas fiscais anticíclicas para enfrentar a pobreza absoluta.
- Precisamos ter consciência de que a janela de transição demográfica do país está se fechando – quer por questões estruturais, quer em função da desigualdade econômica.
- Para podermos viabilizar as aspirações de crescimento, temos de defender a implantação de políticas sociais condizentes com essa perspectiva. Precisamos, por exemplo, garantir que o Estado seja acolhedor, por meio de um sistema de proteção social.
- Nesse sentido, acreditamos que o poder público deveria oferecer um apoio maior às mulheres grávidas em situação de vulnerabilidade e aos

seus filhos recém nascidos e na fase pré-escolar. Atualmente, no país, as crianças nascem em um ambiente de expressiva carência econômica e social e, quando chegam pela primeira vez na escola, já apresentam um déficit cognitivo de difícil recuperação. Não temos dúvidas de que a desigualdade precisa ser combatida ainda na primeira infância - antes de as crianças entrarem para a escola.

- Outra iniciativa relevante seria garantir creches para crianças de pelo menos um a três anos, de famílias carentes, para que elas possam crescer de forma saudável e se tornarem adultos produtivos.
- E não podemos manter as atuais creches como “depósito de crianças”. Elas precisam ter desenvolvimento adequado e, paralelamente, temos de investir no potencial de trabalho das mães, para evitar o desperdício do capital humano das mulheres mais carentes, que dependem mais de políticas de renda e assistência.
- Além da questão específica da mulher, é fundamental defender a valorização do capital humano de toda a força de trabalho, como forma de resgate da questão da inclusão e da dignidade das famílias de baixa renda, que carecem de uma infraestrutura mínima, especialmente com as crianças no período pré-escolar. Sem solucionar isso, não temos como viabilizar o crescimento da produtividade da economia.
- Temos de conceber a questão do investimento em capital humano e em inovação, levando-se em conta a produtividade e a lucratividade. Afinal, o lucro das empresas depende dessa capacidade inovadora.
- Paralelamente à questão de gênero – em relação à valorização das mulheres – temos de colocar em pauta também a questão racial, se desejamos falar em maior equidade do ponto de vista econômico.
- Investimentos em educação e saúde são fundamentais. Mais que isso, contudo, é preciso garantir que o Estado gaste os recursos de uma forma eficiente nessas áreas. O Brasil já tem, por exemplo, uma boa relação de investimentos em educação em relação ao PIB.
- O país, sem dúvida, melhorou o acesso à escola, mas os resultados ainda são muito ruins. E temos de cuidar para melhorar a gestão escolar de modo mais amplo, para que a escola atraia os jovens e cumpra sua função de garantir a formação do capital humano.
- E, por sua vez, o SUS, que é um sistema relativamente eficaz, precisa evoluir muito mais, como em outros países que têm sistemas de saúde mais eficazes.

- Há uma grande preocupação com os cerca de 4,5 milhões de jovens do país que nem estudam nem trabalham – e isso não pode ser visto como um aspecto individual, mas, sim, da sociedade como um todo.
- Temos de fazer uma ampla reflexão sobre os efeitos da pandemia na economia e, principalmente, sobre os impactos dela na desigualdade futura. Os dados já indicam, por exemplo, os efeitos de as crianças terem ficado fora da escola. Haverá ainda muitos reflexos de médio prazo desta perda de aprendizagem, de alfabetização em períodos errados, assim como dos efeitos psicológicos sobre toda a família.
- Seria necessário criar instrumentos para uma avaliação imediata dessas camadas mais atingidas por esses efeitos da pandemia, visando à recuperação sócio-emocional delas. Isso é fundamental para evitar efeitos muito negativos na produtividade da economia e a ampliação de um segmento social de pobreza extrema.
- O Brasil apresenta, hoje, dois eixos em destaque na agricultura e que representam vantagens comparativas: um deles é o eixo da segurança alimentar sustentado por uma produtividade agrícola. O outro está diretamente ligado ao potencial da biodiversidade do meio ambiente.
- Somos hoje o maior exportador de alimentos do mundo, com destaque para a capacidade produtiva do cerrado e a boa gestão da Embrapa, que tem contribuído expressivamente em termos de investimento, inovação e desenvolvimento do setor agrícola, que conta ainda com a atuação de grandes empresas.
- O país não pode, por outro lado, abrir mão do foco nas pequenas e médias empresas para o fortalecimento do agronegócio e mesmo das economias das cidades de menor porte que, em geral, sofrem com a falta de dinamismo das atividades locais.
- Atualmente, a sustentabilidade ambiental deve ser vista como uma oportunidade para o crescimento. O destaque que se dá à questão do desmatamento da Amazônia tem ofuscado boas iniciativas – em termos de defesa dos ativos ambientais – em curso no país. Elas ocorrem na própria região da floresta e também em muitos eixos urbanos.
- Nesse sentido, precisamos ser otimistas e alimentar aspirações positivas em relação ao setor agropecuário e à nossa biodiversidade. É preciso, portanto, evitar visões retrógradas relacionadas à preservação da Amazônia, que impedem a diferenciação em relação ao que são ações de desenvolvimento.

- Um dos aspectos de que o país deve se orgulhar emerge da constatação de que a população brasileira não aceita mais a volta dos períodos inflacionários, como ocorreu no passado. Certamente, a estabilidade macroeconômica gerada pelo Plano Real foi uma das responsáveis por essa evolução.
- Uma questão vital para o país seria readquirir o grau de investimento, visando atrair mais recursos do exterior e melhorar as condições de financiamento da nossa economia. Nesse contexto, é fundamental também discutir a questão da responsabilidade fiscal, uma vez que o atual governo perdeu sua capacidade de executar uma gestão fiscal eficaz – o que, certamente, vem dificultando a recuperação do grau de investimento, perdido ainda em 2015.
- Outra questão essencial para pensarmos o futuro da economia tem a ver com a competitividade. Estamos sempre falando em década perdida, mas nunca abandonamos os problemas do protecionismo, dos subsídios, das elevadas renúncias fiscais e dos incentivos direcionados às empresas.
- Sem dúvida, precisamos cuidar bem das empresas que estão nascendo, mas temos de refletir sobre o poder de pressão do setor privado sobre o governo e o Congresso – o que dificulta muito a competição no Brasil.
- Temos de debater a controvérsia sobre a questão de a competição favorecer ou não o crescimento econômico, assim como refletir sobre protecionismo como forma de compensar as distorções tributárias. O Chile, por exemplo, abriu a economia e cresceu mais que o Brasil.
- Temos de deixar de lado o batido jargão de que somos o país do futuro. Somos, na verdade, o país do presente. E a nossa geração precisa encarar os desafios de fazer as transformações necessárias e realizar, hoje, o que for preciso para o desenvolvimento da nação.
- O país precisa investir também na formação de lideranças, procurando identificar quem serão esses líderes do Brasil de 2030 e quais demandas da população eles precisarão priorizar nesse período.
- Tudo isso faz parte do sonho que temos para o país. E temos de perseguir os nossos sonhos.
- Enfim, nossas aspirações para o país precisam ser frutos de uma sinergia entre as reformas necessárias e os princípios que regem o equilíbrio macroeconômico com sustentabilidade ambiental e inclusão social e econômica.